

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.993 - MG (2018/0238132-7)

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

EMBARGANTE : ESTADO DE MINAS GERAIS

**PROCURADOR : MARIA APARECIDA DOS SANTOS E OUTRO(S) -
MG039214N**

EMBARGADO : ELAINE CRISTINA OLIVINO GUSMÃO

ADVOGADO : CARLOS HENRIQUE VIEIRA - MG106377N

EMENTA

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. LEI COMPLEMENTAR N. 100/2007. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA SUCESSIVAMENTE PRORROGADA. CONTRATAÇÃO NULA. ACÓRDÃO RECORRIDO EM DISSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. DIREITO AO DEPÓSITO DO FGTS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL.

I - Embargos de declaração opostos por supostas omissões no acórdão que deu provimento ao recurso especial para reconhecer o direito da parte autora aos depósitos do FGTS relativos ao período de serviço prestado ao Estado de Minas Gerais. Todavia, verifica-se dos autos que o Estado de Minas Gerais não apresentou contrarrazões ao recurso especial, configurando, assim, indevida inovação recursal nos embargos de declaração, que impede seu conhecimento. Precedentes: AgInt nos EDcl no REsp n. 949.510/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 20/9/2018, DJe 16/10/2018; e EDcl no AgInt nos EDcl no REsp n. 1.446.326/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 7/6/2018, DJe 13/6/2018.

II - Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

